



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XVII — Nº 129

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 11 DE AGOSTO DE 1962

## CONGRESSO NACIONAL

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 28 e 30 do mês em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 28:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.755-B-61, na Câmara e nº 38, de 1962, no Senado, que aplica aos cargos e funções dos Quadros do Pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho das 4ª e 5ª Regiões disposições das Leis ns. 3.780 e 3.826, de 1963, e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.223-C-57, na Câmara e nº 63, de 1962, no Senado, que altera dispositivos da Lei nº 1.224, de 4 de no-

vembro de 1950, que dispõe sobre os bens aos súditos do Eixo e dá outras providências;

Dia 30:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.179 B-60, na Câmara e nº 66, de 1962, no Senado, que transforma o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, em autarquia cria o Fundo Nacional de Investimento Ferroviário e dá outras providências.

Senado Federal, 8 de agosto de 1962

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

### MESA

Presidente — Moura Andrade — PSD.  
Vice-Presidente — Rui Palmeira — UDN.  
Primeiro-Secretário — Argemiro de Figueiredo — PTB.  
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho — PSD.  
Terceiro-Secretário — Mourão Vieira — UDN.  
Quarto-Secretário — Novaes Filho — PL.  
Primeiro-Suplente — Mathias Olympio — PTB.  
Segundo-Suplente — Guido Mondin — PSD.  
Terceiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN.

### LÍDERES E VICE-LÍDERES

#### DA MAIORIA

LÍDER

Filinto Müller (PSD).

VICE-LÍDERES

Lima Teixeira (PTB).  
Nogueira da Gama (PTB).  
Lobão da Silveira (PSD).  
Victorino Freire (PSD).  
Jefferson de Aguiar (PSD).  
Guido Mondin (PSD).  
Jorge Maynard (PSP).  
Saulo Ramos (PTB).

#### DA MINORIA

João Villasbôas (UDN).

### DOS PARTIDOS

#### DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

LÍDER

Benedito Valladares.

VICE-LÍDERES

Gaspar Veloso.  
Victorino Freire.

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 63, nº II, da Constituição Federal, e eu Auro Moura Andrade, Presidente promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 23, DE 1962

*Autoriza o Governo do Estado da Bahia a assumir, perante o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as obrigações e responsabilidades necessárias a efetivação e resgate de um empréstimo a ser contratado pela Fundação Comissão de Planejamento Econômico com o referido Banco, até o limite de US\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil dólares).*

Artigo único — Fica o Governo do Estado da Bahia, obedecido o disposto no art. 28, inciso X, da Constituição daquele Estado, autorizado a assumir, perante o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as obrigações e responsabilidades necessárias a efetivação e resgate de um empréstimo a ser contratado pela Fundação Comissão de Planejamento Econômico com o referido Banco, até o limite de US\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil dólares) ou o seu equivalente em cruzeiros, destinados à execução do programa de projetos industriais, sociais e de infra-estrutura, expressos no projeto denominado Fundo para Implantação de Indústrias, empréstimo a ser amortizado e prazo não inferior a 8 (oito) anos, a juros anuais não superiores a 4% (quatro por cento), tudo na forma ajustada no respectivo contrato de financiamento.

Senado Federal, em 10 de agosto de 1962.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

### DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

LÍDER

Daniel Krieger.

VICE-LÍDERES

Afonso Arinos.  
Afrânio Lages.  
Padre Calazans.

### DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

LÍDER

Barros Carvalho.

VICE-LÍDERES

Fausto Cabral.  
Arlindo Rodrigues.  
Nelson Maculan.

### DO PARTIDO LIBERTADOR

LÍDER

Mem de Sá.

VICE-LÍDER

Aloysio de Carvalho.

### DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

LÍDER

Jorge Maynard.

VICE-LÍDER

Miguel Couto.

### DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

LÍDER

Lino de Mattos.

### DO MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

LÍDER

Paulo Fender.

### DO PARTIDO REPUBLICANO

LÍDER

Mendonça Clark.

Alô Guimarães.

### REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

#### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

- 1 Paulo Coelho — Amazonas.
- 2 Lobão da Silveira — Pará.
- 3 Victorino Freire — Maranhão.
- 4 Sebastião Archer — Maranhão.
- 5 Eugênio Barros — Maranhão.
- 6 Menezes Pimentel — Ceará.
- 7 Ruy Carneiro — Paraíba.
- 8 Jarbas Maranhão — Pernambuco.
- 9 Silvestre Pêricles — Alagoas.
- 10 Ary Vianna — Espírito Santo.
- 11 Jefferson Aguiar — Espírito Santo.
- 12 Gilberto Marinho — Guanabara.
- 13 Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.
- 14 Moura Andrade — São Paulo.
- 15 Gaspar Veloso — Paraná.
- 16 Alô Guimarães — Paraná.
- 17 Guido Mondin — Rio Grande do Sul.
- 18 Benedito Valladares — Minas Gerais.
- 19 Filinto Müller — Mato Grosso.
- 20 Juscelino Kubitschek (Licenciado Em exercício o Sr. José Feliciano) — Goiás.
- 21 Pedro Ludovico — Goiás.

#### UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

- 1 Mourão Vieira — Amazonas.
- 2 Zacarias de Assunção — Pará.
- 3 Joaquim Parente — Piauí.
- 4 Fernandes Távora — Ceará.
- 5 Reginaldo Fernandes — Rio.
- 6 Sérgio Marinho — Rio Grande do Norte.
- 7 João Arruda — Paraíba.
- 8 Afrânio Lages — Alagoas.
- 9 Rui Palmeira — Alagoas.

- 10 Heribaldo Vieira — Sergipe
- 11 Ovídio Teixeira — Bahia.
- 12 Del Caro — Espírito Santo.
- 13 Afonso Arinos — (Licenciado. Em exercício o suplente Venâncio Igrejas) — Guanabara.
- 14 Padre Calazans — São Paulo.
- 15 Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
- 16 Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
- 17 Milton Campos — Minas Gerais.
- 18 João Villasboas — Mato Grosso.
- 19 Lopes da Costa — Mato Grosso.
- 20 Coimbra Bueno — Goiás.

#### PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

- 1 Vivaldo Lima — Amazonas.
- 2 Mathias Olimpio — Piauí.
- 3 Fausto Cabral — Ceará.
- 4 Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
- 5 Barros Carvalho — Pernambuco.
- 6 Lourival Fontes — Sergipe.
- 7 Lima Teixeira — Bahia.
- 8 Calado de Castro — Guanabara.
- 9 Arlindo Rodrigues — Rio.
- 10 Miguel Couto — Rio de Janeiro.
- 11 Nelson Maculan — Paraná.
- 12 Saulo Ramos — Santa Catarina.
- 13 Nogueira da Gama — Minas Gerais.

Licenciado o Sr. Leônidas Mello — (Piauí). Em exercício o Suplente, Sr. Mendonça Clark (PR).

#### PARTIDO LIBERTADOR

- 1 Novaes Filho — Pernambuco.
- 2 Aloísio de Carvalho — Bahia.
- 3 Mem de Sá — Rio Grande do Sul

#### PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

- 1 José Maynard — Sergipe.

#### PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

- 1 Lino de Matos — São Paulo.

#### MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

- 1 Paulo Fender — Pará.

#### PARTIDO REPUBLICANO

- 1 Mendonça Clark — Piauí.

#### SEM LEGENDA

Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

#### COMISSÕES PERMANENTES

##### Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente  
Argemiro de Figueiredo  
Gilberto Marinho  
Mourão Vieira  
Novaes Filho  
Mathias Olympio  
Guido Mondin  
Joaquim Parente (9)  
Rui Palmeira

##### Comissão de Constituição e Justiça

PSD — Jefferson de Aguiar — Presidente

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
MAURO MONTEIRO

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

#### SEÇÃO II

Impresso nas oficinas de Departamento de Imprensa Nacional  
BRASILIA

#### ASSINATURAS

##### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

###### Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 50,00  
Ano ..... Cr\$ 90,00

###### Exterior

Ano ..... Cr\$ 130,00

##### FUNCIÓNIARIOS

###### Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 80,00  
Ano ..... Cr\$ 70,00

###### Exterior

Ano ..... Cr\$ 100,00

— Exceções para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

UDN — Milton Campos — Vice-Presidente

PSD — Sylvestre Péricles

PSD — Ruy Carneiro

PSD — Lobão da Silveira

UDN — Heribaldo Vieira

UDN — Afonso Arinos

UDN — Afrânio Lages

PTB — Lourival Fontes

PTB — Nogueira da Gama

PL — Aloísio de Carvalho (11)

#### SUPLENTE

PSD — 1 Ary Vianna

PSD — 2 Benedito Valladares

PSD — 3 Gaspar Velloso

PSD — 4 Menezes Pimentel

UDN — 1 João Villasboas

UDN — 2 Daniel Krieger

UDN — 3 Sérgio Marinho

UDN — 4 Lopes da Costa

PTB — 1 Barros Carvalho

PTB — 2 Lima Teixeira

PL — 1 Mem de Sá

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas  
Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

#### Comissão de Economia

PSD — Gaspar Velloso — Presidente

PTB — Fausto Cabral — Vice-Presidente.

UDN — Sérgio Marinho.

UDN — Fernandes Távora

UDN — Del Caro

UDN — João Arruda

PSD — Aló Guimarães

PSD — Paulo Fender

PTB — Nogueira da Gama (9)

#### SUPLENTE

PSD — 1 Eugênio Barros

PSD — 2 Sebastião Archer

PSD — 3 Aló Guimarães

UDN — 1 Irineu Bornhausen

UDN — 2 Ovídio Teixeira

UDN — 3 Zacarias Assumpção

UDN — 4 Sérgio Marinho

PTB — 1 Lima Teixeira

PTB — 2 Saulo Ramos

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas  
Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

#### Comissão de Agricultura

PTB — Nelson Maculan — Presidente

PSD — Eugênio Barros — Vice-Presidente

PSD — Aló Guimarães

PSD — Paulo Fernandes

UDN — Lopes da Costa

UDN — Ovídio Teixeira

PTB — Fausto Cabral (7)

#### SUPLENTE

PSD — Pedro Ludovico

PSD — Jefferson de Aguiar

PSD — Sebastião Archer

UDN — Del Caro

UDN — Irineu Bornhausen

PTB — Calado de Castro.  
PTB — Lima Teixeira

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas  
Secretário: José Aristides de Moraes Filho.

#### Comissão de Educação e Cultura

PSD — Menezes Pimentel — Presidente.

PL — Mem de Sá — Vice-Presidente.

PSD — Jarbas Maranhão

PTB — Saulo Ramos

PTB — Arlindo Rodrigues

UDN — Reginaldo Fernandes

UDN — Padre Calazans

#### SUPLENTE

PSD — Lobão da Silveira

PSD — Aló Guimarães

UDN — Lino de Matos (do PTN)

PTB — Calado de Castro

PTB — Lima Teixeira

PL — Aloísio de Carvalho

Reuniões às quartas-feiras, às 16,00 horas — Secretária: Maria Helena Bueno Brandão.

#### Comissão de Finanças

UDN — Daniel Krieger — Presidente  
PSD — Ary Vianna — Vice-Presidente

PSD — Eugênio Barros

PSD — Paulo Coelho

PSD — Gaspar Velloso

PSD — Lobão da Silveira

PSD — Victorino Freire

UDN — Irineu Bornhausen

UDN — Fernandes Távora

UDN — Lopes da Costa

PTN — Lino de Mattos

PTB — Nogueira da Gama

PTB — Barros Carvalho

PTB — Saulo Ramos

— Dix-Huit Rosado

PL — Mem de Sá (17)

#### SUPLENTE

PSD — Sylvestre Péricles

PSD — Ruy Carneiro

PSD — Jarbas Maranhão

PSD — Menezes Pimentel

PSD — Pedro Ludovico

PSD — Filinto Müller

UDN — Coimbra Bueno

UDN — Zacharias de Assumpção

UDN — João Arruda

UDN — Milton Campos

UDN — João Villasboas

UDN — Del Caro

PTB — Fausto Cabral

PTB — Vivaldo Lima

PTB — Arlindo Rodrigues

PTB — Calado de Castro

PTB — Lima Teixeira

PL — Aloísio de Carvalho

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário — Renato de Almeida Chermont.

**Comissão de Legislação Social**

PTB — Lima Teixeira — Presidente  
 PSD — Ruy Carneiro — Vice-Presidente.

PSD — Lobão da Silveira  
 PSD — Menezes Pimentel  
 UDN — Afonso Arinos  
 UDN — Lopes da Costa  
 UDN — Afrânio Lages  
 PTB — Calado de Castro  
 PTB — Arlindo Rodrigues (9)

**SUPLENTE**

PSD — 1 Sebastião Archer  
 PSD — 2 Silvestre Péricles  
 PSD — 3 Eugênio Barros  
 UDN — 1 Dix Huit Rosado  
 UDN — 2 Padre Calazans  
 UDN — 3 Heribaldo Vieira  
 PTB — 1 Barros Carvalho  
 PTB — 2 Lourival Fontes  
 PTB — 3 Nelson Maculan

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

**Comissão de Relações Exteriores**

PTB — Vivaldo Lima — Presidente.  
 UDN — João Villasboas — Vice-Presidente.

UDN — Afrânio Lages.  
 UDN — Heribaldo Vieira.  
 PSD — Benedicto Valladares  
 PSD — Gaspar Velloso  
 PSD — Filinto Müller  
 PTB — Lourival Fontes  
 PL — Alcysio de Carvalho (9)

**SUPLENTE**

UDN — Milton Campos  
 UDN — João Arruda  
 UDN — Sérgio Marinho  
 PSD — Menezes Pimentel  
 PSD — Jefferson de Aguiar  
 PSD — Alô Guimarães  
 PTB — Nogueira da Gama  
 PTB — Barros Carvalho  
 PL — Mem de Sá

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: Eurico Gory Auler.

**Comissão de Redação**

Sérgio Marinho — Presidente (UDN)  
 Ary Vianna — Vice-Presidente (PSD)  
 Alô Guimarães (PSD)  
 Afonso Arinos (UDN)  
 Lourival Fontes (PTB)

1 Padre Calazans (UDN)  
 2 Heribaldo Vieira (UDN)  
 1 Calado de Castro (PTB)  
 2 Lobão da Silveira (PSD)

Secretário — Sara Abraão — Oficial Legislativo.

Reunião — Terças-feiras, às 16 horas

**Comissão de Saúde Pública**

UDN — Reginaldo Fernandes — Presidente.

PSD — Alô Guimarães — Vice-Presidente.

UDN — Fernandes Távora  
 PSD — Pedro Ludovico  
 PTB — Saulo Ramos — (5)

**SUPLENTE**

PSD — Eugênio Barros  
 PSD — Jarbas Maranhão  
 UDN — Lopes da Costa  
 UDN — Sérgio Marinho  
 PTB — Arlindo Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

Secretário: Eduardo Rui Barbosa.

**Comissão de Segurança Nacional**

UDN — Zacarias Assumpção — Presidente.

PSD — Jefferson de Aguiar  
 PSD — Silvestre Péricles  
 UDN — Sérgio Marinho  
 PTB — Calado de Castro  
 PTB — Arlindo Rodrigues (7)

**SUPLENTE**

PSD — Jarbas Maranhão — Vice-Presidente

PSD — Ruy Carneiro  
 PSD — Jorge Maynard  
 PSD — Victorino Freire  
 UDN — João Arruda  
 UDN — Afrânio Lages  
 PTB — Saulo Ramos  
 PTB — Nelson Maculan

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos.

**Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**

PSD — Jorge Maynard — Presidente.  
 UDN — Coimbra Bueno — Vice-Presidente.

PSD — Victorino Freire  
 UDN — João Arruda  
 PTB — Fausto Cabral (5)

**SUPLENTE**

PSD — Jefferson de Aguiar  
 PSD — Paulo Coelho  
 UDN — Sérgio Marinho  
 UDN — Lino de Mattos  
 PTB — Nelson Maculan

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias.

**Comissão de Serviço Público Civil**

Presidente: PL.  
 Senador Alcysio de Carvalho  
 Vice-Presidente: PSD.  
 Senador Jarbas Maranhão  
 Senador Silvestre Péricles — PSD.  
 Senador Padre Calazans — UDN.  
 Senador Coimbra Bueno — UDN.  
 Senador Calado de Castro — PTB.  
 Senador Fausto Cabral — PTB.

SUPLENTE: PSD.

Senador Ruy Carneiro — PSD.  
 Senador Benedicto Valladares — PSD.

Senador Sérgio Marinho — UDN.  
 Senador Reginaldo Fernandes — UDN.

Senador Nelson Maculan — PTB.  
 Senador Lourival Fontes — PTB.  
 Senador Mem de Sá — PL.  
 Secretário: Ronaldo Ferreira Dias — Oficial Legislativo — PL-8.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÃO DIRETORA**

13ª REUNIAO REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 1962

Sob a presidência do Senhor Ruy Palmeira, Vice-Presidente, presentes os Senhores Argemiro de Figueiredo, 1º Secretário, Gilberto Marinho, 2º Secretário, e Mathias Olympio, 1º Suplente, Guido Mondim, 2º Suplente, e Joaquim Parente, 3º Suplente, reunem-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Moura Andrade, Presidente, Novaes Filho, 4º Secretário e Mathias Olympio, 1º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e sem observações aprovada.

O Senhor Presidente distribui os seguintes processos:

Ao Senhor 1º Secretário

Relatório do Diretor Geral sobre as contas apresentadas pela firma Construtora Nacional, relativas a adaptações de Gabinetes e Salão Nobre;

Requerimento número 394-62, de Silmário Rodrigues pedindo aumento de pro labore;

Orçamento para aquisição de máquinas destinadas ao serviço dos marceneiros.

Ao Senhor 2º Secretário

A prestação de contas do Diretor Geral.

Ao Senhor 2º Suplente

Coleta de preços para o mobiliário da Radiodifusão.

Prosseguindo nos seus trabalhos, a Comissão deferiu o Requerimento número 44-62, de Pedro Felix da Costa, Guarda de Segurança, solicitando pagamento das "diárias de Brasília" no período em que esteve acidentado e se tratou nesta Capital; e o de número 375-62, concedendo um ano de licença a José Santos de Almeida, Auxiliar de Limpeza, em prorrogação, de acordo com o laudo do médico do Serviço de Fisiologia do IPASE, do Estado de Sergipe.

Em relação ao requerimento em que Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti, Vilhena, Oficial Legada do Quadro Anexo, solicita 6 meses de licença especial, delibera a Comissão ouvir a de Constituição e Justiça.

Leindo os Senhores 1º e 3º Secretários opinado favoravelmente aos requerimentos números 356, 361, 367 e 372, de autoria do Senhor Senador Coimbra Bueno, por entenderem que a transcrição nos Anais do Senado, dos artigos "Assalto ao Parlamento", representava uma advertência no interesse da ordem jurídica e das instituições republicanas, a Comissão concorda com a publicação dos mesmos, respeitado, porém, o disposto no parágrafo único do artigo 202 do Regimento Interno.

A Comissão, em seguida, determina diligência em relação ao Projeto de Lei da Câmara número 51, de 1951, no sentido de ser consultado o Ministério do Trabalho para que verifique se as emendas apresentadas enervam a contra-indicação do projeto e informe quais os requisitos necessários para que possa atender aos seus objetivos.

É aprovada, de acordo com o parecer do Senhor 4º Secretário, a coleta de preços para fornecimento de material destinado à Radiodifusão, devendo ser adquirido na "RCA Produtos Eletrônicos" o conjunto de reprodução (toca discos, amplificadores e gabinetes de acabamento fino para abrigar o citado equipamento) e na Panamericana de Representações Limitada. O aparelho de intercomunicação "Telespeaker".

Em seguida, o Senhor 1º Secretário é incumbido de solicitar à Câmara dos Deputados a suplementação das verbas necessárias ao fiel cumprimento do que determina a Resolução número 12-62, que dispõe sobre a aplicação da Lei número 4.069 de 11 de junho de 1962, aos funcionários desta Secretaria.

É indeferido, de acordo com o parecer do Senhor Presidente, o Requerimento 413-62, de Jorge Manoel Azevedo, Taquígrafo, PL-3, solicitando transferência da carreira de taquígrafo.

Em relação ao requerimento 321-62, no qual Carlos Torres Pereira, Taquígrafo PL-6, solicita pagamento de diária referente à sessão extraordinária

de 30 de maio, a Comissão aprova o parecer em que Sua Excelência indefere o pedido, mantida a autoridade do Diretor da Taquigrafia, Doutor José Campos Brício, elogiando-o e animando-o a prosseguir com energia.

É indeferido, nos termos do parecer do Senhor Presidente, o Requerimento número 407-62, de Jorge Manoel Azevedo, Taquígrafo, PL-3, no qual solicita seja relevada sua falta à sessão extraordinária de 5 de julho último, às 10 horas da manhã, bem assim outras a que seja obrigado a comparecer por estar cursando a Universidade de Brasília, lembrando o relator que a lei concede isenção dessa natureza em período de exames e durante estes.

É indeferido, por falta de vaga, o pedido de Julio Silvério Costa, no sentido de ser aproveitado como técnico em telefonia ou rádio técnico.

Por não possuírem qualquer especialização e exercerem funções de limpeza, na maioria dos casos, são indeferidos os Requerimentos números 369, 377 e 421, de 1962, respectivamente, de Armando Bispo dos Santos, Armando Oscar Hackbart e Antônio Cardoso.

A seguir, o Senhor Presidente solicita diligência em relação aos requerimentos números 398-62 de Manoel Porfírio Bezerra; 341, de 1962, de Agnôr Gomes Cardoso; 350-62, de Delmiro Saldanha; 357-62, de Prudêncio Serra Rodrigues; e 394-62, de Silmário Rodrigues.

Por último, é indeferido o Requerimento número 420-62, no qual Hélio Chagas Quirino, Pro Labore, solicita seu aproveitamento como instrutor, por não necessitar o Senado de sua especialização.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

## ATA DA 112ª SESSÃO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 10 DE AGOSTO DE 1962

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E NOVAES FILHO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Paulo Coelho — Paulo Fender — Zacarias de Assumpção — Eugênio Barros — Mendonça Clark — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — Dix Huit Rosado — Ruy Carneiro — Novaes Filho — Barros Carvalho — Afrânio Lages — Lourival Fontes — Ovidio Teixeira — Lima Teixeira — Alcysio de Carvalho — Del Caro — Ary Vianna — Gilberto Marinho — Milton Campos — Moura Andrade — Pedro Ludovico — Frederico Nunes — Alô Guimarães — Saulo Ramos — Irineu Barnhausen — Daniel Krieger — Guido Mondim (30).

**O SR. PRESIDENTE:**

A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número legal declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º. Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º. Secretário lê o seguinte

### EXPEDIENTE OFÍCIOS

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando a reunião do Senado os seguintes subnexus orçamentários:

## Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962

(Nº 4.240-B, DE 1962, NA CÂMARA)

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO  
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1963A Câmara dos Deputados aprovou, nos termos  
do art. 169, do Regimento Interno, o seguinte:

## ANEXO Nº 4 — PODER EXECUTIVO

## 4.04 — COMISSÃO DE READAPTAÇÃO DOS INCAPAZES DAS FORÇAS ARMADAS

| Rubrica da Despesa                        | DOTAÇÃO      |                  | Rubrica da Despesa                      | DOTAÇÃO          |           |
|-------------------------------------------|--------------|------------------|-----------------------------------------|------------------|-----------|
|                                           | Fixa<br>Cr\$ | Variável<br>Cr\$ |                                         | Variável<br>Cr\$ |           |
| <b>DESPESAS ORDINÁRIAS</b>                |              |                  |                                         |                  |           |
| <b>VERBA 1.0 00 — CUSTEIO</b>             |              |                  |                                         |                  |           |
| Consignação 1.1 00 — Pessoa Civil         |              |                  | Consignação 1.6 00 — Encargos Diversos  |                  |           |
| Subconsignações:                          |              |                  | Subconsignações:                        |                  |           |
| 1.1.01 — Vencimentos .....                | 4.350.000    |                  | 1.6.17 — Serviços de assistência social |                  |           |
| 1.1.12 — Salário-família .....            | 900.000      |                  | 1) Para atender a serviços com          |                  |           |
| 1.1.12 — Gratificação de função .....     | 400.000      |                  | a readaptação e a formação              |                  |           |
| 1.1.21 — Gratificação adicional por tempo |              |                  | profissional dos incapazes das          |                  |           |
| de serviço .....                          | 200.000      |                  | Forças Armadas .....                    |                  | 8.000.000 |
| Total da Consignação 1.1 00 ....          | 5.910.000    |                  | Total da Consignação 1.6.00 ....        |                  | 8.000.000 |
|                                           |              |                  | Total da Verba 1.0.00 .....             | 10.910.000       |           |
|                                           |              |                  | Total das Despesas Ordinárias ..        | 10.910.000       |           |
|                                           |              |                  | Total Geral .....                       | 10.910.000       |           |
|                                           |              |                  | A Comissão de Finanças                  |                  |           |

## Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962

(Nº 4.240-B, DE 1962, NA CAMARA)

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO  
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1963A Câmara dos Deputados aprovou, nos termos  
do art. 169, do Regimento Interno, o seguinte

## ANEXO 2 — PODER LEGISLATIVO

## Subanexo 2.01 — Câmara dos Deputados

## Despesas Ordinárias

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.1.00 — Pessoal CMI

## DOTAÇÃO

Fixa  
Cr\$ Variável  
Cr\$

|                                                                         |               |               |
|-------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Subconsignações:                                                        |               |               |
| 1.1.01 — Vencimentos .....                                              | 515.300.000   | -             |
| 1.1.02 — Subsídio e representações .....                                | 114.000.000   | 172.000.000   |
| 1.1.04 — Diversos .....                                                 | -             | 41.775.000    |
| 1.1.06 — Auxílio-doença .....                                           | -             | 185.850       |
| 1.1.07 — Ajuda de Custo .....                                           | -             | 12.000.000    |
| 1.1.08 — Diárias .....                                                  | -             | 512.000.000   |
| 1.1.09 — Substituições .....                                            | -             | 536.000       |
| 1.1.12 — Salário-família .....                                          | 40.000.000    | -             |
| 1.1.13 — Gratificação de função .....                                   | 13.500.000    | -             |
| 1.1.15 — Gratificação pela prestação de<br>serviço extraordinário ..... | -             | 55.000.000    |
| 1.1.21 — Gratificação funcional por tem-<br>po de serviço .....         | 130.000.000   | -             |
|                                                                         | 1.221.400.000 | 1.454.381.500 |

Total da Consignação 1.1.00 .. 2.676.137.500

Consignação 1.3.00 — Materia. de Consumo e Transformação

|                                                                                                                                             |         |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|------------|
| Subconsignações:                                                                                                                            |         |            |
| 1.3.02 — Artigos de expediente, desenho,<br>ensino e educação .....                                                                         | -       | 10.000.000 |
| 1.3.03 — Material de limpeza, conserva-<br>ção e desinfecção .....                                                                          | -       | 4.000.000  |
| Desinfecção e conservação do<br>acervo da Biblioteca .....                                                                                  | 500.000 | -          |
|                                                                                                                                             | -       | 4.500.000  |
| 1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes ....                                                                                                  | -       | 7.000.000  |
| 1.3.05 — Materiais e acessórios de máqui-<br>nas, de viaturas e de aparelhos .....                                                          | -       | 6.000.000  |
| 1.3.08 — Gêneros de alimentação; artigos<br>para fumantes .....                                                                             | -       | 100.000    |
| 1.3.10 — Alimentos-piúmas e produtos ma-<br>nufaturados destinados a qualquer<br>transformação .....                                        | -       | 140.000    |
| 1.3.11 — Produtos químicos orgânicos, far-<br>macêuticos e odontológicos, ar-<br>tigos cirúrgicos e outros de uso<br>nos laboratórios ..... | -       | 2.400.000  |
| 1.3.13 — Vestuário, uniformes, equipamen-<br>tos e acessórios, roupa de cama,<br>mesa e banho .....                                         | -       | 6.000.000  |
|                                                                                                                                             | -       | 36.200.000 |

Total da Consignação 1.3.00 .. 36.200.000

Consignação 1.4.00 — Material Permanente

|                                                                                                                             |           |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|------------|
| Subconsignações:                                                                                                            |           |            |
| 1.4.03 — Material Bibliográfico em geral:<br>filmes .....                                                                   | 1.300.000 | -          |
| 1) para aquisição de<br>livros e periódicos<br>para a Biblioteca .....                                                      | 6.000.000 | -          |
| 2) aquisição de li-<br>vros técnicos para o<br>Pósto Médico .....                                                           | 200.000   | -          |
|                                                                                                                             | -         | 7.500.000  |
| 1.4.05 — Materiais e acessórios para insta-<br>lações elétricas .....                                                       | -         | 3.000.000  |
| 1.4.09 — Utensílios de copa, cozinha, dor-<br>mitório e enfermaria .....                                                    | -         | 1.000.000  |
| 1.4.11 — Modelos e utensílios de escritó-<br>rio, biblioteca, ensino, laboratório<br>e gabinete técnico ou científico ..... | -         | 2.000.000  |
| 1.4.12 — Mobiliário em geral .....                                                                                          | -         | 5.000.000  |
|                                                                                                                             | -         | 16.500.000 |

Total da Consignação 1.4.00 .. 16.500.000

Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros

|                                                                                         |   |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|---|-----------|
| Subconsignações:                                                                        |   |           |
| 1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de<br>recortes de publicações periódicas ..... | - | 7.500.000 |
| 1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás ..                                              | - | 2.000.000 |
| 1.5.05 — Serviços de asseio e higiene, taxas<br>de água, esgoto e lixo .....            | - | 500.000   |

|                                                                                 |            |            |
|---------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| 1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação<br>e conservação de bens móveis ..... | -          | 2.000.000  |
| 1.5.07 — Publicações, serviços<br>de impressão e de<br>encadernação .....       | 50.000.000 | -          |
| 1) Para impressão<br>de Boletim da Bi-<br>blioteca .....                        | 1.300.000  | -          |
| 2) Para encaderna-<br>ção do acervo da Bi-<br>blioteca .....                    | 500.000    | -          |
|                                                                                 | -          | 51.800.000 |

|                                                                                                                         |   |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|------------|
| 1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegra-<br>gramas, radiogramas, porte-pos-<br>tal e assinatura de cartas-postais ..... | - | 50.000.000 |
| 1.5.13 — Seguros em geral .....                                                                                         | - | 2.000.000  |

Total da Consignação 1.5.00 ..

116.800.000

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos

|                                                                                                                                                                                                   |            |             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------|
| Subconsignações:                                                                                                                                                                                  |            |             |
| 1.6.01 — Despesas miúdas de pronto paga-<br>mento .....                                                                                                                                           | -          | 1.000.000   |
| 1.6.04 — Festividades, recepções, hospeda-<br>gens e homenagens .....                                                                                                                             | -          | 1.500.000   |
| 1.6.14 — Exposições, congressos e confe-<br>rências, mediante regulamentação,<br>através de Resolução:                                                                                            |            |             |
| 1) Grupo Brasileiro da União<br>Interparlamentar .....                                                                                                                                            | 6.000.000  | -           |
| 2) Grupo Brasileiro da Associa-<br>ção Interparlamentar de Turismo .....                                                                                                                          | 500.000    | -           |
|                                                                                                                                                                                                   | -          | 6.500.000   |
| 1.6.23 — Diversos:                                                                                                                                                                                |            |             |
| 1) Comissão de Inquérito .....                                                                                                                                                                    | 5.000.000  | -           |
| 2) Auxílio ao Clube do Congresso<br>em Brasília, para as despesas de<br>construção e instalação .....                                                                                             | 30.000.000 | -           |
| 3) para instalação e demais des-<br>pesas previstas do Instituto de<br>Providência dos Congressistas —<br>Distrito Federal .....                                                                  | 30.000.000 | -           |
| 4) Associação Atlética Guanaba-<br>ra, para obras, instalação e as-<br>sistência social .....                                                                                                     | 1.000.000  | -           |
| 5) Divulgação dos trabalhos da<br>Câmara, a juízo da Mesa, me-<br>diante Resolução, sendo .....                                                                                                   | -          | -           |
| Cr\$ 5.000.000 para aquisição e<br>distribuição gratuita às Assem-<br>bléias Legislativas dos Estados,<br>às Câmaras e Prefeituras dos<br>Municípios, de Diários do Con-<br>gresso Nacional ..... | 50.000.000 | -           |
|                                                                                                                                                                                                   | -          | 126.000.000 |

Total da Consignação 1.6.00 ..

135.000.000

TOTAL DA VERBA 1.0.00 ....

2.982.637.500

TOTAL DAS DESPESAS OR-  
DINÁRIAS .....

2.982.637.500

## DESPESA DE CAPITAL

Verba 4.0.00 — Investimentos

Consignação 4.1.00 — Obras

|                                                                                                 |   |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---|-----------|
| Subconsignações:                                                                                |   |           |
| 4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação<br>e despesas de emergência com<br>bens imóveis ..... | - | 3.500.000 |
|                                                                                                 | - | 3.500.000 |
| Total da Consignação 4.1.00 ..                                                                  | - | 3.500.000 |

Consignação 4.2.00 — Equipamentos e Instalações

|                                              |   |           |
|----------------------------------------------|---|-----------|
| Subconsignações:                             |   |           |
| 4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos ..... | - | 5.000.000 |
|                                              | - | 5.000.000 |
| Total da Consignação 4.2.00 ..               | - | 5.000.000 |

Total da Verba 4 .....

8.500.000

Total das Despesas de Capital .....

8.500.000

TOTAL GERAL .....

2.991.137.500

A Comissão de Finanças.

## OFÍCIO

Do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (Conselho Federal) de 7 de mês em curso — Transmite pronunciamento daquela entidade a favor do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1962, de autoria do Sr. Senador Afrânio Lages, que concede abatimento nas passagens aéreas para Brasília aos advogados que a esta capital venham em serviço profissional;

## OFÍCIO

Em 10 de agosto de 1962

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto nos arts. 9º e 72, parágrafo único, do Regimento Interno, que, voltando ao exercício da representação do Estado de Goiás em substituição ao Sr. Senador Coimbra Bueno, conservarei o nome parlamentar adotado ao ensejo da minha primeira investidura, abaixo consignado e integrarei a bancada da U.D.N.

Atenciosas saudações.

Nome parlamentar Frederico Nunes.

## O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do expediente.

Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos, pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

## Requerimento nº 465, de 1962

Nos termos do art. 330, letra C, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 14, de 1962, que federaliza e incorpora à Universidade do Ceará a Faculdade de Ciências Econômicas.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1962. *Fernandes Távora*.

Afrânio Lages — Líder da U.D.N.

## Requerimento nº 466, de 1962

Nos termos do art. 330, letra C, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1962, que prorroga a vigência da Lei nº 1.300 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1962. — *Afrânio Lages*, líder da U.D.N. *Jefferson de Aguiar*.

## O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados ao final da Ordem do Dia. (Pausa).

Acha-se presente o Sr. Frederico Nunes, suplente convocado para substituir o Sr. Senador Coimbra Bueno, durante a licença concedida a esse nobre representante do Estado de Goiás.

Nos termos do art. 6º, § 2º, do Regimento Interno, S. Excia. passará a participar dos trabalhos da casa, dispensado do compromisso regimental, visto já o haver prestado ao ensejo da sua primeira convocação.

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Noveas Filho.

## O SR. NOVEAS FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, nesta hora em que apreensões surgiram toldando o ambiente democrático de nosso País, desejo lei desta tribuna, para que conste dos Anais desta Casa, o pronunciamento de um brasileiro dos mais eminentes, homem sereno, espírito reposado que, na Presidência da República, deu mostras as mais evidentes de ser devotado cumpridor da Constituição da República.

Refiro-me ao ex-Presidente Eurico Dutra que, falando o Globo, declarou:

"Sempre fui homem de poucas palavras e, depois que deixei a Presidência da República, afastei-me das atividades políticas, embora sem renunciar aos meus direitos de cidadão. Isso significa que estou sempre, como qualquer brasileiro, atento ao que se passa em nossa pátria. Abro mão momentaneamente do meu retraimento porque considero grave a situação nacional em face de tantas e sucessivas crises que ameaçam a paz interna.

"Sinto-me autorizado ao que vou dizer pelas responsabilidades que contrai com o povo, ao qual procurei sempre servir sem paixões nem ambigües e por ter, como Presidente, respeitado invariavelmente o Congresso e o Judiciário, perante os quais acho, sem falsa modéstia, que me comportei como um magistrado, apesar de haver sido sempre um soldado.

"Estou acompanhando com grande preocupação o visível desentendimento entre o Executivo e o Legislativo, receoso de más consequências em prejuízo do nosso bom nome. Se me fosse permitido, faria um forte apelo aos ilustres dirigentes da República para que procurem evitar choques prejudiciais a todos, resolvendo os problemas e não sem ferir a legalidade nem a democracia. Falo especialmente aos meus velhos companheiros de armas, exortando-os que sustentem a Constituição e seus mandamentos.

"A coisa mais funesta que poderia acontecer agora ao Brasil seria a perda da autoridade conquistada, com a isenção das nossas Forças Armadas, que nunca pretenderam tutelar o Chefe do Governo nem o Parlamento e o Judiciário.

"Confio em Deus que, graças ao patriotismo de todos, a divergência se resolverá dentro da lei e da ordem".

Sr. Presidente, aí está um pronunciamento que merece ser conhecido e meditado por todos os brasileiros porque parte de um homem que tem autoridade moral para fazê-lo de um homem que toda vida se dedicou aos altos interesses do Brasil, de um homem cioso da suas responsabilidades de um homem que, deixando a Presidência da República, tem, sistematicamente, fugido a qualquer manifestação sobre fatos e acontecimentos da vida pública brasileira.

Agora, porém, quando reputa que realmente a hora apresenta gravidade formula esse apelo em termos tão patrióticos e tão altos. E' preciso, pois que todos os homens responsáveis do Brasil acompanhem o pensamento do eminente Presidente Eurico Dutra, dando plena acolhida ao seu apelo, realmente formulado em favor da paz e da tranquilidade do Brasil! (Muito bem! ... muito bem!)

## O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Paulo Fender.

## O SR. PAULO FENDER:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Senhores Senadores, este é o momento em que devo dirigir a todo o Senado uma palavra de congratulação pelo esforço que, ontem, desenvolveu esta Casa no sentido de aprovar Projeto de Lei dos mais importantes que tinha em pauta, qual seja o do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Toda a imprensa e o rádio do País comentam o nosso esforço e assinam a significação social da proposição legislativa que deve estar subindo à sanção presidencial.

Bail-me nesta Casa, como tantos outros colegas, por que se encontrasse

uma solução feliz, por que se achasse a intrínseca verdadeira no complexo emaranhado dos dispositivos que constituam os Projetos aqui examinados, isto é, o Substitutivo da Câmara dos Deputados e o Projeto originário do Senado.

Devo, então, uma palavra de reconhecimento à seriedade, ao espírito patriótico ao interesse constante que ocupou e prendeu os nossos espíritos, nas memoráveis sessões de ontem à tarde, e à noite. E se a Nação, através de seus representantes, pode manifestar a palavra gratulatória ou congratulatória por eventos que tais, ocupo a tribuna em tal condição e começarei por assinalar o trabalho dos humildes, isto é, o trabalho daqueles que, nesta Casa, não possuem mandato de Senador mas se identificam de tal forma com os Senadores e com o próprio Senado, que deles ou dele não se distingue.

Vamos referir-nos, expressamente, ao Secretário da Presidência, Dr. Isaac Brown. Sei que lhe firo a humildade, essa humildade que não é uma virtude ingênita, porque encontra em todos os componentes de sua personalidade excepcional valores de toda ordem, elementos éticos, intelectuais, culturais e quaisquer outros que possam consultar uma experiência provada e sofrida no processo da elaboração legislativa durante toda a sua atividade funcional no Senado da República.

O trabalho que tivemos em mãos, isto é, o compêndio que esse devotado servidor desta Casa elaborou para que o Senado pudesse, nos julgamentos da importante matéria encontrar facilitada ao máximo a sua tarefa, é notável, Senhor Presidente.

E' desses trabalhos que só podem ser assinalados pelo mérito excepcional que surge, de tempos em tempos, nos vários setores da atividade humana para realizá-los.

Fique, então, consignado nos Anais desta Casa o agradecimento que acredito seja de todos os Senadores, — ao Dr. Isaac Brown, pela tarefa realizada.

Depois de distinguir o funcionário cabe-me congratular-me com a Presidência desta Casa. Realmente Senhor Presidente V. Exª foi o autor principal das soluções tão pacificamente encontrados para a matéria.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Muito bem.

O SR. PAULO FENDER — Muito obrigado a V. Exª, Senador Aloysio de Carvalho.

Em nenhum instante deixo V. Exª de acolher qualquer ponderação, qualquer impugnação, qualquer protesto, qualquer dúvida, demonstrando, com a máxima boa vontade, o interesse permanente de, na cátedra que ocupa, funcionar como um magistrado e, às vezes, como foi o caso, como alto conselheiro de seus colegas.

Houve questões de ordem que V. Exª resolveu; outras houve que V. Exª não podia solucionar e que os Senadores entendiam de retirá-las imediatamente ante a simples impossibilidade de V. Exª em resolvê-las o que significava sua impertinência, diante da intenção que V. Exª manifestava de dirigir os trabalhos com a sua habitual imparcialidade e, no caso, com o seu empenho maior em que todas as correntes de opinião, aqui surtidas no exame do projeto, fossem atendidas aplacando-se as divergências evitando-se os entrecalços manifestando-se, a cada passo, o respeito de Senador para Senador, relativamente a questões principais ou ideológicas, sem que jamais, por um segundo, houvesse faltando ao Plenário o espírito de patriotismo que imperou na votação do projeto.

Senhor Presidente assinalo também, além do trabalho de V. Exª e de seus companheiros de Mesa, a colaboração notável que prestou a inteligência dos assuntos de entendimen-

to jurídico delicado, o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PAULO FENDER — Não.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Concordo inteiramente com V. Exª, nas referências que acaba de fazer ao trabalho do Dr. Isaac Brown e à cooperação inteligente e prudente do Presidente desta Casa o nobre Senador Auro de Moura Andrade. Parece-me, porém, que no caso V. Exª está exorbitando do direito que tem de ser o sonjairo para com seus colegas. Não fiz nada demais; apenas apontei a constitucionalidade do projeto e a conveniência da sua aprovação. V. Exª me faria um obséquio de amizade, se limitasse suas referências à minha pessoa simplesmente às palavras muito belas que já proferiu.

O SR. PAULO FENDER — Muito obrigado a V. Exª. Aliás, tenho divergido de V. Exª muitas vezes neste Plenário e em algumas delas, até tendo sido um pouco mais veemente do que deveria...

O Sr. Aloysio de Carvalho — De maneira alguma!

O SR. PAULO FENDER — ...fezendo, talvez, não a sua respeitabilidade, pois jamais o faria, — mas aquela discreção, aquele recolhimento em que V. Exª sempre se coloca diante dos seus colegas, e que a irreverência do colega mais moço às vezes desconhece.

O Sr. Aloysio de Carvalho — V. Exª pode culpar meu temperamento ou de fato, diverge, de alguma sorte de temperamento de V. Exª nas competências parlamentares.

O SR. PAULO FENDER — Muito me refira à sua pessoa, porque assim obrigado. V. Exª deve estranhar que nalar os serviços de um Senador que constantemente os presta, em todos os debates que se fírem nesta Casa em torno dos projetos, seria realmente plenástico. Mas me referia, particularmente, ao entendimento jurídico delicado do projeto, no qual V. Exª colaborou com a sua experiência de mestre de Direito e, até, de regimentalista do Senado — não digo deste Regimento mas dos anteriores, motivo pelo qual V. Exª sempre venceu questões de ordem neste Plenário.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Aí V. Exª é exato, porque em face do Regimento atual perdi até uma questão de ordem o que talvez não ocorresse em face dos Regimentos anteriores.

O SR. PAULO FENDER — Assim, acentuando, particularmente, a condição jurídica delicada da participação de V. Exª nos debates, creio-me absolvido por haver assinalado seus serviços, já de todos conhecidos e admirados por todo o País.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PAULO FENDER — Com muita honra.

O Sr. Ruy Carneiro — Acompanhei os trabalhos, ontem, e quero felicitar a V. Exª, não pela magnífica oração que proferiu, mas pela justiça com que se refere à maneira como nosso ilustre Presidente, Senador Auro de Moura Andrade, dirigiu os trabalhos de ontem à noite. V. Exª se esquece de que essa é qualidade inata de S. Exª, bastando lembrar como se conduziu durante os desagradáveis e lamentáveis acontecimentos de agosto de 1961. O Senador Moura Andrade trabalhou como grande brasileiro e como verdadeiro Presidente do Senado da República. Tudo que S. Exª realizou, foi fruto do seu talento, porque sem talento nada poderia ter feito. Um indivíduo pode adquirir cultura nas bibliotecas, ou nas faculdades; nunca, porém, poderá adquirir brilho sem talento.

Ex<sup>a</sup> tem talento e brilho, razão pela qual conduziu-se daquela maneira. Por isso mesmo, num embate como o de ontem, quando o Senado concluiu votação de projeto tão complexo como importante, S. Ex<sup>a</sup> conduziu-se como diplomata, como homem que trabalha com a cabeça, demonstrando que efetivamente possui singular inteligência sempre a serviço das boas causas do País. O desempenho de S. Ex<sup>a</sup>, ontem nada significa comparado com sua atitude de agosto do ano passado. É preciso que se fixe tal comportamento, exemplo a seguir, para que S. Ex<sup>a</sup> tenha sempre em mente que merece a incondicional admiração de todos os seus pares. Esta a razão por que o aplaudo, e as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Paulo Fender, são rigorosamente justas. Quanto ao Dr. Isaac Brown, só posso dizer que é homem inteiramente dedicado ao Senado. Todos somos testemunhos disso, pois esquece o próprio lar para melhor desempenhar sua função. Sua família é o Senado, da República. V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Fender, disse bem, porque o Dr. Isaac Brown amanhece no Senado. Aos sábados, quando é difícil encontrar-se alguém em Brasília, e mais o é no Senado, ele está sempre no seu local de trabalho. V. Ex<sup>a</sup> faz bem, portanto, em exaltá-lo. Em terceiro lugar, não aceitamos as palavras do nobre Senador Aloysio de Carvalho, quando pede a V. Ex<sup>a</sup> que não o inclua nos elogios que está tendo no discurso que profere, pois S. Ex<sup>a</sup> muito nos ajudou, ontem, na condução dos trabalhos de votação. S. Ex<sup>a</sup> grande figura desta Casa, é uma honra para a Bahia, e constitui orgulho para todos nós, seus colegas. E V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Paulo Fender, continue na magnífica oração que está profereindo.

O SR. PAULO FENDER — Obrigado ao aparte de V. Ex<sup>a</sup>, cujas palavras justas, sinceras, leais e humanas, bem justificam o conceito que V. Ex<sup>a</sup> desfruta nesta Casa, como observador imparcial colaborador ameno dos nossos trabalhos e Senador apercebido, sempre e sempre, da cordialidade que deve existir entre todos os membros desta Casa.

O Sr. Ruy Carneiro — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Aliás esta é uma das grandes qualidades do Senador Ruy Carneiro.

O SR. PAULO FENDER — Uma das principais qualidades de S. Ex<sup>a</sup>. O Aloysio de Carvalho — Não obstante ser S. Ex<sup>a</sup>, filho de uma terra agreste árida...

O Sr. Ruy Carneiro — Terra que luta contra o homem e contra a natureza.

O Sr. Aloysio de Carvalho — ... de uma terra, sofrida, possui, realmente, grande virtude da cordialidade. Nisto aliás, S. Ex<sup>a</sup>, representa até o homem brasileiro, que é tido hoje, na comunidade internacional, como um homem cordial.

O Sr. Ruy Carneiro — Muito obrigado pela generosidade das palavras e V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PAULO FENDER — O diálogo entre V. Ex<sup>a</sup>s, Senadores Ruy Carneiro e Aloysio de Carvalho, corrobora meu discurso com um conteúdo quase filosófico, que bem justifica nossa alegria neste instante, quando nos regosijamos pela aprovação do projeto de Código Brasileiro de Telecomunicações.

Já que citei nomes, não podia deixar de citar, também, o do nobre Senador Afrânio Lages que, na Bancada da União Democrática Nacional, esteve na crista dos debates, sempre trazendo os esclarecimentos que a sua palavra de jurista e de parlamentar pode oferecer às teses que suscitavam dúvidas nos espíritos. E na Bancada da União Democrática Nacional está ainda aquele que foi realmente o

grande Senador da concórdia, isto é o Senador Sérgio Marinho que, como relator na Comissão Especial de Senadores, que examinou o projeto, viu aquela causa com muito amor perdendo noites de sono para examinar o projeto. Viajou várias vezes para colher elementos de informação necessários ao encontro da feliz inteligência do assunto, que lhe competia encontrada pelo Sr. Presidente Moura Andrade, a fim de que o projeto fosse aprovado ontem, como foi, sem que confesso vencedores ou vencidos a não ser que digamos que o grande vencedor, foi o Brasil a Nação.

Deve mencionar ainda a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, representada pelo nobre Senador Barros Carvalho, seu Líder, e pelo Senador Fausto Cabral, também ao meu lado e ao lado do nobre Senador Aloysio de Carvalho, — um lado que é a direita do Senado talvez paradoxalmente...

O Sr. Fernandes Távora — Direita que, às vezes, se torna esquerda.

O SR. PAULO FENDER — A colaboração do PTB foi inestimável, preciosa.

O Sr. Barros Carvalho — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PAULO FENDER — Enfim, Senhor Presidente, incorri no terrível delito de citar nomes, porque não há distinguir, entre os colegas, quem se tenha salientado, quer pela palavra quer pela anuência à concorrência das normas proferidas na aprovação do projeto.

Poderia, já que trato do assunto ocupar a tribuna para expandir meus sentimentos naturais de homem de esquerda de trabalhista convicto, de trabalhista quase intransigente no meu principismo, a fim de lamentar que alguns dispositivos não tenham sido aprovados. Mas não o faço. Integro-me totalmente no espírito de Casa, e congratulo-me de maneira mais ampla por tudo que aqui se fez porque as próprias restrições que podem estrangular meus anseios na consecução de lei que julgo do maior interesse para a reformulação legislativa geral do país, elas também foram por mim votadas, tiveram minha anuência. Por conseguinte, a congratulação parte de mim para todos, como desejo recebê-la de todos para comigo.

Senhor Presidente, com estas palavras encerro o assunto e peço a atenção dos meus pares para outra matéria, que vai me ocupar ainda por instantes na tribuna. É a que se refere às próximas eleições.

A Câmara dos Senhores Deputados votou o projeto de cédula única, que deverá chegar ao Senado dentro de algumas horas. Ali se encontrou uma nova fórmula para a cédula única, e esse projeto há de encontrar-nos todos aqui com *quorum* suficiente, para o seu aprovação com a anuência que a conjuntura requer. Do contrário não poderia a Justiça Eleitoral preparar o material necessário à votação do próximo pleito.

Como se trata de uma lei da maior importância, Senhor Presidente cabe-me aqui, como Senador, na certeza de que os Juizes da Justiça Eleitoral acompanham os trabalhos do Legislativo, formular um apelo de mais alta gravidade ao Superior Tribunal Eleitoral quanto à lisura, à honestidade, à imparcialidade que devem presidir a apuração do pleito, e lançar o meu projeto contra a forma viciosa de fraudar a vontade popular que a apuração através do chamado mapa-múndi — processo do mapa — que, se não existe em regiões adiantadas, certamente politizadas deste país como no Estado de São Paulo ou Rio de Janeiro do Sul, existe em todo o Norte, como uma calamidade eleitoral das que mais entristecem e aviltam os nossos foros de civilização.

Denuncio desta tribuna ao Superior Tribunal Eleitoral, à Suprema Corte

da Justiça Eleitoral de meu país, os processos que parece, aguardam a votação do pleito de 7 de outubro próximo para serem postos em prática isto é, não estando as Juntas Apuradoras obrigadas por rigoroso dispositivo legal, por dispositivo claro de lei a concluir diariamente o trabalho da apuração, reservam-se, com a anuência de Juizes Eleitorais, para, no fim do pleito, elaborar os chamados mapas retificadores em os quais se vende o voto, o nulo ou o em branco que, em razão das abstenções, de dezenas de milhares podem trazer para o Congresso falsos eleitos da vontade popular.

O Sr. Barros Carvalho — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PAULO FENDER — Com todo o prazer.

O Sr. Barros Carvalho — Parece-me que a lei votada tem alguns artigos que continuam vigentes. Prevê claramente a hipótese, obrigando as Juntas Apuradoras a expedir um boletim, ao término da apuração de cada uma das urnas, que será assinado pelo Presidente da Mesa e mais membros que a compõem.

O SR. PAULO FENDER — Vossa Excelência se refere à lei votada aqui no Senado? Há outra na Câmara. Ignoro o que tenha acontecido naquela Casa do Congresso. Como talvez, não tenhamos tempo de emendá-la por isso que terá de subir à sanção presidencial pelas razões que apresentei, faço aqui a minha advertência. Porque se não estiver claramente disposta, na nova lei, esta forma de apuração, a medida poderá ser posta em prática através de Resolução do Superior Tribunal Eleitoral que será expedida a todos os Tribunais da Nação. Então, seria uma medida de administração pela via do pleito. E' o que assinalo e apelo para a Justiça Eleitoral do país, seguindo, todavia, a informação que V. Ex<sup>a</sup>, me possa adiantar.

O Sr. Barros Carvalho — Posso adiantar mais alguma coisa. A lei votada ontem na Câmara dos Deputados cuida especificamente da cédula única. De sorte que permanecessem vigentes quase todos os demais artigos votados recentemente e sancionados pelo Senhor Presidente da República. Essa segurança, portanto, pode ter V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PAULO FENDER — Vossa Excelência me tranquiliza, mas parece que diz sem muita certeza.

O Sr. Barros Carvalho — Estou bem certo; é um dispositivo de lei em vigor.

O SR. PAULO FENDER — E' preciso que saibamos se a Câmara dos Deputados nos seus trabalhos de ontem conservou este artigo ou se reformulou toda a Proposição que ali chegou.

O Sr. Barros Carvalho — Não, não há reformulação nesta parte, há apenas reformulação quanto à cédula única que ali estava sendo votada.

O SR. PAULO FENDER — Neste ponto V. Ex<sup>a</sup>, vai me permitir divergir. Não foi reformulação apenas quanto à cédula única, porque ali, por exemplo, um dispositivo novo que se refere a uma medida, assaz moralizadora, qual seja a de evitar que candidatos se utilizem de mercadorias para apresentar ou vender no intuito de aliciar simpatia do eleitorado. Portanto, nada tem a ver com a cédula única aprovada ontem.

O Sr. Barros Carvalho — E' um dispositivo novo.

O SR. PAULO FENDER — Em virtude desse dispositivo novo, temo minha reformulação, que, no seu bojo venha a eliminar a medida moralizadora por que me lat. e a que Vossa Excelência se refere.

O Sr. Barros Carvalho — Quanto a esta parte estou tranqüilo. O dispositivo não é de hoje. Na jurisprudência anterior já se exigia isto das Juntas

Apuradoras. Nós é que não fiscalizávamos condignamente as apurações.

O SR. PAULO FENDER — Se Vossa Excelência se detiver na legislação anterior verificará que há maneira de desviar a apuração para os caminhos que ela tomou realmente; ao passo que havendo dispositivo expresso na nova lei como o que agora V. Ex<sup>a</sup> tão conscienciosamente alude, tal fato não mais se poderá dar.

O Sr. Barros Carvalho — Mas as instruções do Superior Tribunal Eleitoral, vigentes até há bem pouco tempo...

O SR. PAULO FENDER — Não vi gorava no Pará.

O Sr. Barros Carvalho — Não vi gorava, nós é que não fiscalizávamos; não exilamos os boletins fixados nas portas das salas apuradoras.

O SR. PAULO FENDER — Entendo, Senhor Presidente, a despeito da apreço que dispense ao meu nobre colega, Senador Barros Carvalho...

O Sr. Barros Carvalho — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PAULO FENDER — ... que independe da fiscalização partidária o senso de responsabilidade de uma Justiça que tem por obrigação precisa entregar à Nação o resultado que expresse fiel vontade popular, na apuração dos pleitos. Por conseguinte, está de pé a minha denúncia e de pé fica o meu apelo, no sentido de que a Justiça Eleitoral, deste País, adote se a lei não o fizer, a providência que sugiro, qual seja a de determinar que as Juntas Apuradoras só possam fazer anurações subsequentes, desde que as apurações anteriores tenham sido ultimadas através de atas lavradas e mapas elaborados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem, pois, mas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ao regressar da Bahia onde me encontrava em campanha eleitoral para a minha reeleição, deparei com um noticiário alarmante, publicado pela nossa imprensa, em torno da situação que atravessa o País, dando-me a impressão de que estamos vivendo uma crise institucional, mesmo para dar aspecto de veracidade às declarações de Ministros militares. Temos, contudo, de reconhecer que a fase difícil que atravessamos, em parte decorrente de uma crise institucional é fortemente agravada por fatores que independem do próprio Governo atual. São situações criadas em Governos anteriores, sobretudo este, do surto inflacionário.

Sr. Presidente, não senti, até agora, as razões desse alarma na imprensa, causando apreensões aos brasileiros, principalmente os residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Constantemente me telefonam amigos do Rio de Janeiro que acreditam, em face do noticiário dos jornais, estar o País à beira do abismo, que caminhamos para uma solução extralegal, que as Forças Armadas estão unidas no sentido de tomar posição contra o Parlamentarismo; que se está forçando uma decisão em torno da aceitação ou não do Parlamentarismo, através da consulta plebiscitária.

E' óbvio que tais notícias publicadas nos jornais dos Estados da Guanabara e de São Paulo motivam apreensões e temores dos que as lêem, a ponto de refletir na cotação do dólar, que atingiu a casa dos seiscentos cruzeiros.

Para ter a justa medida de tudo isso, resolvi visitar o meu amigo Presidente João Goulart, para ouvir de S.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

**O SR. PRESIDENTE:**

Está esgotada a hora do expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

*Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1959, (nº 3.969-B, na Casa de origem) que estende aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o disposto na Lei número 268, de 23 de fevereiro de 1948, que regula a jornada de trabalho de guardas-civis tendo Pareceres Contrários, números 141 e 142, de 1948, das Comissões — de Serviço Público Civil e de Finanças.*

Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso a palavra, encerro a discussão, adiada a votação por falta de número regimental.

*Discussão, em turno único, do Requerimento número 435 de 1962, em que o Sr. Senador Afrânio Lages e outros Srs. Senadores, solicitam sejam constituída uma Comissão Especial de 7 membros para, no prazo de 30 dias, estudar e emitir parecer sobre as proposições em curso no Senado, inclusive as que venham a ser recebidas para revisão ou apresentadas durante esse período sobre legislação agrária ou matéria correlata, tendo parecer favorável, sob o número 356, de 1962, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caza e Pesca.*

Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso a palavra, encerro a discussão.

Adiada a votação por falta de número regimental.

Os dois requerimentos de urgência dos na primeira parte da Sessão, deixam de ser submetidos à deliberação do Plenário por falta de "quorum" regimental.

Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro, por cessão do nobre Senador Afrânio Lages.

**O SR. RUY CARNEIRO:**

(Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, antes de iniciar minhas considerações a respeito dos assuntos que me trazem à tribuna, agradeço, de modo especial, ao meu mestre colega e amigo, Senador Afrânio Lages, vigilante representante de lagos nesta Casa, que, com sua ajeza e cavalheirismo sempre cativos companheiros, como agora o sou comigo, cedendo sua vez para e eu pudesse ocupar a tribuna.

Sr. Presidente, no dia 21 de março deste ano tive oportunidade, no cumprimento do meu dever, velando pelos interesses da Paraíba, de formular o voto ao ex-Ministro da Viação e das Públicas, o ilustre brasileiro, Virgílio Távora e ao Coronel Dagoberto Rodrigues, Diretor-Geral dos Correios e Telégrafos, no sentido de fossem enviados recursos para a Paraíba, a fim de ser reparada a perturbação do palácio dos Correios e Telégrafos: — digo palácio, porque é dos mais belos prédios públicos, ficados na capital paraibana. A ver o apelo estava angustiada, assim como todo o povo da Paraíba, verificando a possibilidade de ruína do prédio por falta de assistência do Governo Federal e que o saudoso eminente ex-Presidente Getúlio Vargas mandou construir na sua terra natal, bem, Sr. Presidente, o apelo foi enviado ao Ilustre da pasta da Viação, naquele tempo, Sr. Virgílio Távora, que hoje não mais a ocupa porque foi candidato a posto eletivo no Congresso Nacional — e ao Coronel Dagoberto Rodrigues, não foi em vão o sômente, em outra oportunidade,

o Senado recebeu comunicação do Senhor Ministro da Viação quanto às providências tomadas, como agora recebo do Diretor-Geral do D. C. T. Coronel Dagoberto Rodrigues, que, com acerto, continua à frente daquele serviço, carta informando das medidas determinadas. A carta, a mim enviada a 30 de julho último, e de que somente agora posso dar conhecimento à Casa, está assim redigida:

Exmo. Sr. Senador Ruy Carneiro — Senado, Brasília — DF.

Tendo em vista o pedido de informação apresentado por V. Ex. no Senado Federal sobre o estado em que se encontra o edifício sede da Diretoria Regional da Paraíba, informo-lhe que esta Diretoria, devido às providências a respeito, recebeu o crédito necessário para a realização dos reparos na cobertura do mencionado Departamento.

Aproposito a comunicação, Sr. Senador, apresento-lhe também os primeiros. — Ten. Cel. Dagoberto Rodrigues, Diretor-Geral.

Sr. Presidente, não posso deixar de aplaudir e agradecer as providências tomadas. O prédio dos Correios e Telégrafos foi construído em 1922 por dois engenheiros da comissão de ex-Presidente Epitácio Pessoa, o Coronel Oito, Khun, do Rio Grande do Sul, e o então Capitão, hoje General, Tapaper de Carvalho. Era a demonstração de zelo que o Presidente Epitácio Pessoa tinha por sua terra, fazendo-a de edifício com aquela beleza arquitetônica. Estou confiante em que, do período de 30 de julho até esta data, as providências já foram tomadas. (Pausa).

Desejo, em seguida, fazer ligeira apreciação em torno do momento assunto que aflije a Nação que lamentavelmente se tem repetido ultimamente: a crise política.

Pretendo ler as declarações do eminente ex-Presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra, sobre esses acontecimentos, mas V. Ex., Senhor Presidente e eminente representante do Estado de Pernambuco, Senador Novais Filho, Ministro da Agricultura daquele Governo, já o fez, dando-a ao conhecimento à Nação, através da tribuna desta Casa do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, todos sabem, nesta Casa, que sou uma voz sempre a declarar os brasileiros a paz, a convidar os homens de boa vontade a suplantarem os seus ódios, as suas ambições pessoais e o seu orgulho em prol da causa comum, em benefício deste País. Os brasileiros, de modo geral, têm a tendência da paz. As vezes, nós, do Nordeste, somos arrebatados, porque lutamos contra a natureza e contra os homens V. Ex. Sr. Presidente, que é nordestino, de espírito tão pacífico como eu o sou nos seus arrebatamentos, quando alegrem fere a sua sensibilidade fazendo-lhe mal, transforma-se em um leão, o indomável leão dos Guararapes. Entretanto, nobre Senador Novais Filho, V. Ex. é um homem feito de verdadeira docura.

Por este motivo, Sr. Presidente, as declarações do eminente Marechal Eurico Gaspar Dutra, que realizou em nosso País um Governo de autoridade e de autoridade, proporcionando tranquilidade a esta Nação, causam em todos nós uma certa tristeza. Na realidade, o que existe é o que toda gente sabe: uma guerra nesta está pairando sobre os céus do Brasil.

Conto, Sr. Presidente, no bom senso, diligência e dos homens de responsabilidade. Conto na serenidade do Presidente João Goulart, Sr. Ex. e sei um homem onde a ambição e o orgulho não encontram saída. Durante a crise de agosto de ano passado foi eleito pelo povo brasileiro, e, desde se noticiava estar o B

sil prestes a mergulhar numa ditadura.

Realmente, Sr. Presidente, outro qualquer, tendo a certeza de que lhe cabia o direito de assumir o Governo da República, poderia exacerbar-se. Sr. Ex. entretanto, conservou-se como homem de bem, não concedendo entrevistas, não fazendo ameaças, aguardando que a inteligência brasileira encontrasse uma fórmula feliz.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com licença, Sr. Ex.

O Sr. Fernandes Távora — Acredito que o Sr. João Goulart, homem pacato e sereno, que chegou ao poder através de suas prerrogativas ou pelo próprio porte delas, para evitar uma revolução em seu País, será incapaz de insistir-se contra o parlamentarismo ao qual acedem para evitar uma catástrofe. Penso sinceramente que Sr. Ex. não se insurta contra a ordem de coisas simplesmente porque, se o fizer, estará se colocando em posição de luta com toda a sinceridade de que é capaz na honestidade e na franqueza do Sr. Presidente da República, na certeza de que Sr. Ex. há de passar bem as circunstâncias de desentendimento por que passa o Brasil e sabendo há de procurar estar o lado que se aproxima das nossas condições financeiras. O Sr. João Goulart, que o primeiro a propor pela ordem e pela paz do Brasil.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o voto do nobre Senador Fernandes Távora. Sr. Ex. como sempre distingue o seu amigo com seus apertos, que fustigam as minhas modestas e singelas opiniões.

O Sr. Fernandes Távora — Muito obrigado.

O SR. RUY CARNEIRO — Esperamos exatamente isso do Sr. João Goulart. Eleito Vice-Presidente da República no sistema presidencial, foi conduzido à Presidência no sistema parlamentar, em circunstâncias especiais.

Não me encontrava no Senado quando o Congresso votou o parlamentarismo. Não sou partidário de tal sistema, mas, se aqui estivesse, formaria com os demais companheiros, porque era a situação do momento, a demonstrar para o mundo a maturidade do Brasil e a exigir a inteligência e o patriotismo no desempenho da ciência política.

Esta a razão por que então produzi — e o repito agora — o eloquio da condução do Presidente desta Casa, o nobre Senador Auro Moura Andrade, porque a sua inteligência esteve a serviço da causa do Brasil, assim como a daqueles que o apoiaram naquele momento.

Mas, Sr. Presidente, o alto conceito a que aludi, firmado no cenário internacional pelo Sr. João Goulart, há de concorrer para que Sr. Ex. continue a agir de modo a não desmerecer tal julgamento. Presto esse depoimento porque integrando a delegação brasileira à Assembleia-Geral da ONU em setembro do ano passado lá ouvi autoridades de outros países produzirem esse eloquio, bem como nos homens e ao Parlamento, enfim, nos dirigentes dos destinos da nossa Pátria.

Devo declarar que sou partidário do presidencialismo. Em presença dos Senadores Gilberto Munho, Vilgílio Freire e Ruy Archer, tive a oportunidade de dizer ao Presidente João Goulart que considerava importante a realização de uma série de reuniões para a realização de uma reunião de povo o qual ainda não o praticou.

Esta a razão porque, Sr. Presidente, fico impressionado com esse arrebatamento no País. Desejo que haja tranquilidade e o profundo afeto à por si só, uma fase de conturbação.

Não se trata de um problema para o meu Estado da Paraíba e não deve ser para o de V. Ex. Sr. Presidente, e de outros outros Srs. Senadores. Por isso, disse ao Presidente da República, com a serenidade que me caracteriza ser partidário do plebiscito em outra oportunidade. E antecorrem, quando o Presidente do meu Partido, o Ministro Amaral Peixoto, veio ao gabinete do Líder da Maioria, Senador Moura Andrade e outros líderes do Partido Social Democrático, nesta Casa, uma nota que ele, como Presidente do Partido, iria publicar, declarei-me — e já o fiz várias vezes — favorável à consulta plebiscitária, desde que não fosse em outra e próxima oportunidade, a fim de não abalar ainda mais esta Nação.

Estou convencido de que o povo brasileiro se pronunciará a favor do presidencialismo. A razão é muito simples: o povo viveu sob tal sistema durante quinze e três anos. Alguns afirmam ter sido ele nefasto ao País.

De qualquer modo, o certo é que a responsabilidade maior pela sua implantação cabe ao Presidente da República e este, se não tem a humildade necessária para apreciar o problema, assim não há de ser merecedor de uma bela morte.

Não quero fazer a defesa do Presidente da República. Não elijo o Presidente da República nem Sr. Ex. prefiro este lado.

Aqui estão elementos do Partido Trabalhista Brasileiro, muitos Senadores, para fazê-lo. Cumpre apenas um dever de fôra íntimo ao entender que Sr. Ex. foi humilde, sensato e equilibrado. Foi um bom brasileiro, aceitando o que o momento, o impasse e as circunstâncias lhe impuseram. Sr. Ex. agiu com habilidade, inteligência, sabedoria política e também com humildade.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — A questão de plebiscito e de somenos importância. No Ato Adicional ficou estabelecido a possibilidade de se fazer a consulta ao povo. O legislador teve o cuidado de marcar prazo de nove meses antes do término do atual período presidencial. Ora, se aquela lei é realmente hoje uma parte da Constituição, por que se tenta modificar aquilo que nela está implícito? Por que se tenta modificar aquilo que está firmemente na lei, aquilo que é constitucional, e quando não há qualquer necessidade de se apressar o plebiscito? Por conseguinte, acho que é uma questão que se suscitou sem a menor necessidade porque, dentro da atual Constituição, o Governo pode fazer aquilo que justamente que honradamente se pode fazer.

O SR. RUY CARNEIRO — Registro o aparte de V. Ex. e explico. Quando foi elaborado o Ato Adicional e se procedeu à modificação da Constituição para implantar o Parlamentarismo, tudo decorreu de um acontecimento que todos conhecemos e não cecivm resolver.

Agora, surge uma oportunidade — e a estamos sentindo, cada vez que se muda o Gabinete — para que o Congresso, assim como procedeu àquela modificação no vigente sistema de governo, deve acolher a relativa ao plebiscito, proporcionando um clima de ordem e de trabalho.

Por isso Sr. Presidente, ocupo a tribuna confiado no espírito de renúncia dos Srs. Deputados para que compreendam a situação e a inconveniência de qualquer proteção decisoria.

Sr. Presidente já perdi um mandato. Naquela oportunidade foi para o governo do magnânimo Getúlio Vargas. Perdi o mandato e recebi-me, sem protestos, vãos, a atividade particular. Poderia perder outro agora.

como Senador — o anterior foi o Deputado.

Para que tal não ocorra, representando uma dolorosa solução de continuidade no processo democrático, faz-se mister o encontro de fórmulas de mútua transigência e compreensão, sem temores e vacilações, devolvendo-se ao País a serenidade dos espíritos e a tranquilidade social.

Estou absolutamente convicto, Sr. Presidente, de que a Câmara, a quem cabe decidir sobre o assunto, é composta de um pugilo de patriotas. Se não deseja o plebiscito para agora, marque-o para janeiro, fevereiro ou seja quando for. Tenho como certo que, isso feito, recuperar-se-á a paz em nosso País e teremos um movimento normal de eleições neste ano de 1962.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com satisfação.

O Sr. Fernandes Távora — Não acredito que o simples fato de se anunciar o plebiscito venha acalmar o Brasil. O que está produzindo a inquietação no País, não é falta de plebiscito, é simplesmente falta de realização do governo parlamentar que ainda não foi executado neste País.

O SR. RUY CARNEIRO — E'...

O Sr. Fernandes Távora — O que se tem feito é omissão. O governo parlamentar não foi posto em execução por conseguinte, um plebiscito que se fizesse agora não decidiria coisa alguma. Os nossos homens, a começar pelos letrados, não sabem ainda, a maior parte deles, o que seja presidencialismo nem parlamentarismo. Como se quer fazer agora um plebiscito às carreiras, entre a massa ignorante que não sabe absolutamente compreender o que seja forma de governo? Que se faça isso depois, mas na certeza de que a deliberação de nossa massa popular não significará coisa alguma porque não representará um ato de consciência. Esta a realidade.

O SR. RUY CARNEIRO — Respeito o ponto de vista de V. Exa.

O Sr. Fernandes Távora — Não se trata de ponto de vista, esta é a verdade.

O SR. RUY CARNEIRO — Se os Deputados, na sua sabedoria, resolverem adotar atitude diferente da que proclamam, que o façam sem medo dos pronunciamentos militares ou de qualquer outra ameaça. Não considero o pronunciamento do Sr. Ministro da Guerra uma ameaça.

O Sr. Fernandes Távora — O General Nelson de Mello está equivocado. S. Exa. é homem de bem, um homem honrado, apenas equivocou-se pensando que o parlamentarismo ou do presidencialismo depende a salvação do Brasil. Só isso.

O SR. RUY CARNEIRO — Estive com S. Exa. ontem e sei que é um defensor da legalidade, um defensor da Constituição. Se assim não fosse não mereceria o respeito dos homens de bem. S. Exa. tem feito outras demonstrações nesse sentido, certamente no seu ambiente. Todos sabemos que é um democrata, um soldado disciplinado e digno e, portanto, não seria capaz de fazer ameaças ao Congresso. Não foi assim que entendi os seus pronunciamentos; acredito que suas intenções sejam outras. Se, no entanto, decidir-se realizar o plebiscito no próximo ano — seja em janeiro, fevereiro ou março — tenho a convicção de que se estabelecerá um ambiente de paz no Brasil.

Ontem conversando com meu prezado amigo, Senador Daniel Krieger, Líder da União Democrática Nacional nesta Casa, a quem dispenso consideração e apreço, e estima, dizia-se ser partidário do plebiscito, realizado neste em oportunidade próxima que não antes das eleições. Conclamo os homens de boa vontade: esqueçamos os medos, as rixas, as vantagens pessoais e ambições desmedidas e vamos

pensar no Brasil. Vejam bem: o Sr. Ministro da Fazenda está agora nos Estados Unidos, em Washington. E isso se deve à situação econômica difícil em que está o nosso País, e ninguém medita sobre isso.

Não criemos dificuldades; não quero absolutamente dizer que sou contra o plebiscito. Em vez disso, sou partidário para que seja realizado em 1963, estabelecido por esta Câmara. Não, entretanto, concitando no recuo apenas convocando as inteligências e a boa vontade dos espíritos de concordia, todos os homens de responsabilidade do Brasil, do Congresso e do Poder Executivo.

Sr. Presidente, estas as considerações que desejava fazer para definição pessoal da minha posição. Se os Deputados que na Câmara seguem a minha humilde orientação — porque não sou chefe na Paraíba, sou um companheiro de quem ouvem a opinião — concordarem com a maioria na Câmara, que fiquem com a maioria.

Compreende-se que o Sr. Presidente da República deseje reaver os poderes que lhe foram retirados e que seus anseios tiverem, no sistema presidencialista. E' humano, Sr. Presidente, e não considero isso uma ambição desenfreada. Porque então, na História do Brasil, figurará apenas o Sr. João Goulart, nessa condição.

Se o atual Chefe da Nação não respeitar a Constituição, deverá sair do Governo. Mas, quem, como ele, ultrapassou aquela crise deflagrada em agosto, demonstrando ser sensato, equilibrado, mereceu crédito de confiança, até mesmo para ver se, com isso, dáremos tranquilidade e paz ao Brasil. Estamos vendo dias negros, não de uma revolução armada que possa eclodir, mas de uma revolução social, da falência do nosso País devido à situação econômico-financeira deste Brasil que é tão grande e que tem tantas possibilidades de ser um dos mais felizes países do mundo. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Senador Paulo Coelho.

O SR. PAULO COELHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, solicito à Mesa seja encaminhado ao Sr. Presidente da República, nos termos do Regimento Interno, os inclusos telegramas, que passo a ler, sobre os aposentados e os trabalhadores espoliados na minha terra.

“Senador Paulo Ramos Coelho — Senado Federal — Brasília — DF.

Solicito a V. Exa. conhecer a apreciação do delegado local do IAPM conforme telegrama número 4 663 de 23-7-62 ao Senhor Presidente do IAPM no Rio: “solicite a V. Exa. a determinar ao delegado local do IAPM, João Cruz, já exonerado, que cesse a perseguição movida contra indefesas viúvas que recebem pensão acumulada no IAPM, sem o necessário critério e de maneira abusiva vem cancelando pensões do referido Instituto, sob o fundamento de que não podem acumular, ferido assim preceitos legais. Trata-se de caso concreto da viúva Fnedina Batista de Oliveira. Aguardo decisão para Manaus. Cordialmente Senador Paulo Ramos Coelho”. Saliente a pensionista inclusa, que já veio ordem para pagamento acentuando que o delegado local se recusou a pagar tais direitos afirmando que vai enviar ao Presidente do IAPM ofício dizendo que a mesma não tem direito no que pede, peço providências ao ilustre Senador para o caso que V. Excelência é sabedor. Cordialmente José Marques de Oliveira.

“Senador Paulo Coelho — Senado Federal — Brasília-DF. Comunico ao ilustre Senador que a sua solicitação ao Senhor

Presidente da República, contida no telegrama de 11-7-62, foi encaminhada, para a devida apreciação, ao IAPM. Atenciosamente, Wamba Guimarães Oficial de Gabinete”

“Senador Paulo Coelho

Devido ao meu estado de saúde abaladíssimo e de acordo com entendimento verbal do dia 31 de julho passado, peço ao ilustre amigo conseguir meu internamento no IAPM ou na Cruz Vermelha. Neste último Hospital o Senador Vivaldo Lima faz tudo pelos Amazonenses. Este apelo é feito em decorrência da minha situação financeira precária, pois desde 1956 até março último percebo vencimentos de dezoito mil cruzeiros líquidos e só ultimamente estou recebendo da Agência do Loide a importância de quarenta mil cruzeiros. Insuficiente para manutenção da família e aquisição de medicamentos. Consulto ao prezado Senador se funcionários aposentados do Loide irão receber diferença agora da classificação e paridade assim como quarenta por cento recentemente concedido ao funcionalismo da ativa. Aguardo pronunciamento de V. Exa. dentro do menor prazo possível. Raulito Viana — Rua Djalma Dutra, 111 — Manaus.”

assim procedo na impossibilidade de fazê-lo pessoalmente, porque os irresponsáveis dirigentes do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, não me deram ensejo de, como Representante do povo, levar este projeto àquelas autoridades.

Encaminho também, Sr. Presidente, os inclusos telegramas ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Presidente do Conselho de Ministros com relação à falta de pagamento de dotações da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia que, segundo alega seu Presidente, Senhor Mário Dias Teixeira, a União pagou, até este mês de agosto, apenas oito por cento sobre a quota que deveria pagar àquele órgão.

Dizem os telegramas:

“Senador Paulo Coelho.

Senado Federal — Brasília.

Com referência ao seu apelo no sentido da liberação de verbas destinadas ao Serviço de Leprosia do Hospital Adriano Jorge, cumpre-me esclarecer que esta Superintendência recebeu somente 8% do orçamento da SPVEA relativo ao exercício de 1962. Nestas condições, esclareço que os processos estão legalizados no Tribunal de Contas da União ou mesmo os que independem de registro prévio poderão ser atendidos dentro da disponibilidade citada. Renovo meu apelo ao eminente amigo no sentido da liberação da verba de interesse da região. Cordiais saudações. ass) Mário Dias Teixeira, Superintendente da SPVEA”.

Senador Paulo Coelho

Senado Federal — Brasília

Para conhecimento do eminente patriota, cumprio indeclinável dever de informar que até a presente data esta Superintendência recebeu 600 milhões de cruzeiros, que representam oito por cento do orçamento da SPVEA relativo ao exercício de 1962. Cordiais Saudações — ass) Mário Teixeira, Superintendente da SPVEA.

Senador Paulo Coelho

Senado Federal — Brasília

Tenho o prazer de informar que encaminhei o assunto de interesse do ilustre Senador, sobre liberação de verbas leprosárias e Campanha contra tuberculose no Amazonas, ao Ministério da Saúde,

protocolado sob o nº CM 8.208, para o devido exame e providências cabíveis. Atenciosas saudações Brasil R. Barbosa, chefe do Gabinete do Presidente do Conselho de Ministros”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE.

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a de segunda-feira a seguinte:

ORDEM DO DIA

SEGUNDA-FEIRA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 1959

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1959 (nº 3.969-B-58, na Casa de origem) que estende aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o disposto na Lei nº 268, de 28 de fevereiro de 1948, que regula a jornada de trabalho de guardas-civis tendo *Pareceres Contrários*, sob ns. 275 e 276, de 1962, das Comissões — de Serviço Público Civil e — de Finanças.

2

REQUERIMENTO Nº 435, DE 1962. Votação, em turno único, do Requerimento nº 435 de 1962, em que o Sr. Senador Afrânio Lages e outros Srs. Senadores, solicitam sejam constituída uma Comissão Especial de 7 membros, para, no prazo de 30 dias, estudar e emitir parecer sobre as proposições em curso no Senado, inclusive as que venham a ser recebidas para revisão ou apresentadas durante esse período, sobre legislação agrária ou matéria correlata, tendo *Parecer favorável*, sob nº 356, de 1962, da Comissão de Agricultura Pecuária, Florestas, Caça e Pesca.

3

REQUERIMENTO Nº 465, DE 1962. Votação em turno único, do Requerimento nº 465, de 1962, pelo qual os Srs. Senadores Fernandes Távora e Afrânio Lages (Líder da UDN em exercício) solicitam urgência nos termos do art. 330, letra e, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1962, que federaliza e incorpora a Universidade do Ceará à Faculdade de Ciências Econômicas.

REQUERIMENTO Nº 466, DE 1962. Votação, em turno único, do Requerimento nº 466, de 1962, pelo qual os Srs. Senadores Afrânio Lages (Líder da UDN em exercício) e Jefferson de Aguiar solicitam urgência, nos termos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei ao Senado nº 16, de 1962, que prorroga a vigência da Lei nº 1.300 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências.

Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 16 horas)

Republica-se por haver saído com incorreções.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 79 — DE 8 DE AGOSTO DE 1962

De ordem do Sr. Presidente, são designados os funcionários: Wilson Pezanha, Carlos Oliveira Salles Filho e Aloisio Menezes Evaristo para, sob a presidência do primeiro, constituir uma comissão incumbida de apurar ocorrências com telefone do 2º andar do Edifício Anexo.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de agosto de 1962, — Nilton Borges Seal, Vice-Diretor-Geral pelo Diretor Geral.